EDUCAÇÃO ESPECIAL

A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

MARISTELA HELENA DA SILVA RESUMO

As salas de recursos multifuncionais são definidas como ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. O objetivo desta pesquisa foi analisar as contribuições da sala de recursos multifuncionais na perspectiva da educação inclusiva. O seu desenvolvimento reflete o interesse em promover uma reflexão nos espaços educacionais que promovam as transformações de que tanto necessita a própria sociedade. A metodologia utilizada teve como base artigos científicos e monografias, na qual foi realizada mediante revisão bibliográfica, tornando este trabalho uma pesquisa de cunho exploratório. Como conclusão deste trabalho foi possível verificar que há garantias de direitos ao acesso e aprendizagem nas legislações, mas ainda são necessários outros subsídios para que as leis possam ser cumpridas na prática escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Deficiência. Sala de Recursos. Deficiente.

ABSTRACT

The multifunctional resource rooms are defined as environments with equipment, furniture and didactic and pedagogical materials for the provision of specialized educational assistance. The aim of this research was to analyze the contributions of the multifunctional resource room from the perspective of inclusive education. Its development reflects the interest in promoting reflection in educational spaces that promote the transformations that society itself so badly needs. The methodology used was based on scientific articles and monographs, in which it was carried out through bibliographic review, making this work an exploratory research. As a conclusion of this work, it was possible to verify that there are guarantees of rights to access and learning in the legislations, but other subsidies are still necessary for the laws to be complied with in school practice.

KEY-WORDS: Inclusion. Disability. Resource Room. Disabled.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais procuram sempre encontrar melhorias e oferecer um estudo de qualidade para o público estudantil, modificando e aperfeiçoando também os programas voltados para o ensino do aluno especial, prezando sempre a inclusão diante das diversidades dentro da escola.

Assim, a escola sempre foi sinônimo de desenvolvimento, aprendizagem e crescimento intelectual. Antigamente não era visível aos olhos de muitos, as dificuldades de aprender dos alunos, a escola ensinava e quem não conseguia acompanhar acabava saindo. Houve avanços e o contexto escolar foi mudando, tornando-se espaço de inclusão e de direito de todos a uma educação de qualidade.

A educação inclusiva surgiu no intuito de inserir crianças, jovens e adultos em grupos de eram considerados excluídos, na qual se destacam as pessoas com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público-alvo da educação especial. Os referidos alunos recebiam a escolarização em escolas especiais e classes especiais que substituíam as classes comuns. A Educação Especial foi reestruturada e integrada pedagogicamente nas escolas de ensino regular, tornando-se assim uma modalidade que "perpassa todos os níveis, etapas demais modalidades de ensino, sem substituí-los, oferecendo aos seus serviços, recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e os conhecimentos escolares". (ROPOLI, 2010, p.6).

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais é apenas um dos instrumentos de apoio na oferta de Atendimento Educacional Especializado necessário para superação das barreiras pelos alunos com necessidades educacionais especiais. Isto para que a garantia do direito à matrícula seja, de fato, a garantia do “direito a ter direito” de aprender.

O objetivo desta pesquisa foi analisar as contribuições da sala de recursos multifuncionais na perspectiva da educação inclusiva. Para tanto, a pesquisa foi realizada por meio de levantamento da bibliografia referente ao tema, tanto em fontes nacionais quanto internacionais, de maneira a fornecer o substrato teórico necessário para a correta compreensão do tema proposto.

Para os alunos com deficiências e condutas típicas, não basta garantir vagas, através da força da lei. E necessário assegurar o acesso, a permanência, o percurso e o sucesso no processo de escolarização, propiciando a todos um ensino de qualidade. O papel do atendimento educacional especializado é o de oferecer o que não é próprio dos currículos da base nacional comum, possuindo outros objetivos, metas e procedimentos educacionais, destacando-se que as suas ações são definidas conforme o tipo de deficiência ou condutas típicas que se propõe a atender, bem como, deve contemplar as necessidades educacionais especiais de cada aluno.

DESENVOLVIMENTO

Na construção das políticas públicas para o atendimento educacional especializado a Constituição Federal 1988, tem uma grande contribuição, afirmando que a educação é um direito de todos. Já a Declaração de Salamanca faz referência que as "escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, [...] "(UNESCO, 1994, p.11-12).

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresentada pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) em 2007, regulamentada no Decreto n° 6.571/2008, sendo o mesmo revogado pelo Decreto n°7611/2011, foi o marco para o oferecimento do atendimento educacional especializado, principalmente, no que concerne à implementação das salas de recursos multifuncionais. Por meio dessa política, a educação especial é definida como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e o atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar, aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular.

Refletir sobre as questões legais é uma ação que contribuiu para entender o papel do profissional que atua nos espaços direcionados ao exercício da Educação formal. Esta atitude também serve para que o docente conheça suas obrigações e possa trabalhar da melhor forma possível, estando alicerçado em parâmetros e dispositivos legais que outorgam direitos e deveres tanto aos estudantes quanto aos profissionais que trabalham nesta área.

O atendimento educacional especializado (AEE) deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atenderem às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. O AEE é o responsável por disponibilizar programas que deverão estar articulados com a proposta pedagógica do ensino comum. Trata-se do ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros.

A sala de recurso é um ambiente ofertado preferencialmente na rede regular de ensino para o intuito de trabalhar habilidades nos educandos com deficiência que possibilite seu desenvolvimento social e escolar usando recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliaram sem dúvida na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impeçam sua plena participação, com a autonomia e independência, no ambiente educacional e social. Os estudantes público alvo da educação especial deve estar matriculado nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidades da educação básica, sendo o AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular. A Sala de Recurso Multifuncional (SRM) tem papel fundamental na criação de estratégias que são necessárias a adaptação da pessoa com deficiência, respeitando sempre a individualidade de cada aluno e suas necessidades específicas.

O público-alvo das SRM é:

Alunos com deficiência - aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruído sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento - aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo síndromes do espectro do autismo psicose infantil;

Alunos com altas habilidades ou superdotação - aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2011).

A fim de se garantir os plenos direitos aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e os alunos com altas habilidades ou superdotação, sentiu-se a necessidade de ao se institucionalizar o AEE nas escolas regulares, terse organizado esse ambiente, com os recursos necessários a uma efetiva inclusão desse público alvo do AEE. Tal serviço torna-se essencial no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência.

Na SRM podem ser atendidos estudantes da Educação Especial, que estejam matriculados na própria escola ou aqueles alunos de escolas que ainda não possuam SRM. Os atendimentos podem ser organizados em pequenos grupos ou individualmente, em turno inverso ao da escolarização. Para atuar na SRM, os professores deverão possuir especialização em Educação Especial, em níveis de graduação ou pós-graduação.

Como observado em Gomes, Poulin e Figueiredo (2010), é papel do professor do atendimento educacional especializado produzir materiais didáticos e pedagógicos para serem trabalhados com os alunos com deficiência. Os materiais compõem as potencialidades que os alunos com deficiência

intelectual precisam na sala de aula, portanto, o educador do AEE precisa "[...] propor atividades que permitam eliminar barreiras na aprendizagem e otimizar a aprendizagem dos alunos e sua inclusão no ensino regular. Essa ação, certamente, terá uma repercussão positiva no desempenho do aluno na sala de aula comum" (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p.15).

Esses conhecimentos são importantes para que esses profissionais consigam identificar as características individuais dos seus alunos e as dificuldades que os limitam. Assim, o professor atuante em sala de recursos multifuncionais (SRM) estará mais bem preparado para adequar sua prática à demanda do seu grupo de alunos, pois está munido dos recursos teóricos e práticos para despertar o interesse, a motivação e o desenvolvimento cognitivo de seus alunos.

Para conseguir despertar o desenvolvimento cognitivo, é preciso trabalhar a autonomia, a sociabilidade, a memorização e raciocínio, o lúdico/ brincar e jogos, letramento matemático, alfabetização e letramento; literatura.

A autonomia é um processo no qual desde cedo à criança está em busca dela, tudo depende da organização do ambiente de acordo com as fases de desenvolvimento intelectual da criança, que torna facilitador para a aprendizagem e a autonomia. O fator ambiente deve ser adequado e de fácil acesso, para que atraia a atenção, propicie à criança a liberdade de escolha de seu interesse. Ensinar a criança ser autônoma desde pequena, a partir de atividades da vida cotidiana, como escovar dentes, lavar as mãos, organizar os brinquedos.

A sociabilidade de uma criança está associada com a sua capacidade de lidar com outras pessoas, baseando-se na empatia e no respeito. É através dessa socialização que ela passará a desenvolver vínculos de confiança e laços de amizade respeitosos e enriquecedores. Sem essa sociabilidade, a criança poderá ter uma baixa autoestima, além de apresentar problemas para se expressar e aprender algo novo. Entender as diferenças e se relacionar com os outros é um exercício que precisa ser ensinado para a criança desde cedo. Quando elas aprendem a conviver e a compartilhar, os momentos desafiadores da vida se tornam mais fáceis de lidar.

A Memorização e Raciocínio lógico são mecanismos indispensáveis e fundamentais para a estruturação do pensamento na resolução de problemas, sendo imprescindível selecionar atividades que incentivem os alunos a resolverem problemas, tomarem decisões, perceberem regularidades, analisarem dados, discutirem, investiguem e aplicarem ideias. As atividades envolvendo raciocínio lógico estão ligadas a conceitos capazes de organizar as situações cotidianas, preparando os alunos para circunstâncias mais complexas; gerando indivíduos com senso argumentativo, capazes de criar, ler fluentemente e interpretar melhor os textos, responder de forma coerente e explicar situações problemas envolvendo principalmente à disciplina de matemática. (MORTARI, 2009)

Desse modo, o sujeito buscará ser capaz de raciocinar, representar, comunicar e argumentar modelando matematicamente uma determinada situação, fenômeno ou fato. Para tanto, é necessário que exprima argumentos coerentes e tenha conhecimento autônomo de conceitos de diferentes tipos, além de relacionálos a outros campos de modo a construir, analisar e aplicar conhecimentos sistematicamente dos níveis simplificados aos mais complexos, usando procedimentos que estruturam esse tipo de raciocínio. O papel do professor envolve a criação de condições que legitime a construção desses conhecimentos matemáticos.

O Lúdico, o Brincar e Jogos são elementos naturais e universais do ser humano, compreendem atividades que proporcionam alegria, divertimento, prazer para os que estão envolvidos na ação, além de ajudar no desenvolvimento físico, intelectual, emocional, social do sujeito. Essas atividades lúdicas estão presentes em todas as classes sociais, crianças de várias idades brincam se divertem através da ludicidade.

O brincar é necessidade inata humana; é uma forma de expressão, de comunicação que os seres humanos possuem desde o nascimento. É uma atividade humana social de contexto cultural, em que as pessoas utilizam a imaginação e a fantasia para interagir com a realidade que as cerca e redimensioná-la com novas ações; indo mais além, servia de atividade ritualística para apresentá-la a sociedade.

Entende-se que ludicidade é uma importante ferramenta no processo ensino aprendizagem da Educação Especial, é através dela que a criança pode representar suas sensações e emoções, pode-se afirmar que a aprendizagem dos alunos com deficiência processa-se de forma mais lenta, onde a criança apresenta maiores dificuldades na compreensão dos conceitos.

Nesta linha de raciocínio, vale ressaltar que o professor de apoio deve buscar constantemente formas de intervenção no processo de ensino aprendizagem, a utilização do lúdico no exercício das atividades é um excelente recurso, pois proporciona meios de conquistas, propicia melhor adaptação e integração das crianças em processo de inclusão, adquirir a confiança no espaço escolar

A alfabetização matemática se define a partir da ação de ler e escrever matematicamente, compreendendo e interpretando os seus conteúdos básicos, além de expres-

sar-se por meio de sua linguagem específica. Para Danyluk (2019), "ser alfabetizado em Matemática, então, é entender o que se lê e escrever o que se entende a respeito das primeiras noções de aritmética, geometria e lógica" (DANYLUK, 2019, p. 58).

O letramento, então, auxilia os indivíduos a reconhecerem o papel que a matemática exerce no mundo, possibilitando-os tornarem-se cidadãos construtivos, engajados e reflexivos, capazes de fazer julgamentos e tomarem as decisões necessárias. Portanto, letramento matemático é um direito de aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental do 1º ao 9º ano e as escolas devem ter compromisso em desenvolver essa habilidade. Nesse sentido, a escola pode auxiliar, através de ações educativas, o individuo a construir sua cidadania e a ter acesso ao mercado de trabalho, oferecendo atividades que proporcionem reflexões e críticas, ajudando-o a transcender os muros escolares.

O letramento, então, auxilia os indivíduos a reconhecerem o papel que a matemática exerce no mundo, possibilitando-os tornarem-se cidadãos construtivos, engajados e reflexivos, capazes de fazer julgamentos e tomarem as decisões necessárias. Nesse sentido, a escola pode auxiliar, através de ações educativas, o individuo a construir sua cidadania e a ter acesso ao mercado de trabalho, oferecendo atividades que proporcionem reflexões e críticas, ajudando-o a transcender os muros escolares.

Em relação ao letramento no ensino de língua portuguesa, a autora Magda Soares afirma que, "letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: estado ou condição que adquire um grupo social ou o indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita", (2009, p. 47). Em outras palavras, para a autora, letramento é o uso social da leitura e da escrita. Soares (2009) conclui que, é evidente que a interpretação de ser um indivíduo letrado na sociedade ainda é pouco compreendida.

Ressalta-se, portanto, a importância do alfabetizar letrando na Educação especial uma vez que as crianças já nascem num ambiente letrado e ao valorizar essa bagagem cultural, o educador pode contribuir tanto na valorização dos conhecimentos de seus alunos como na probabilidade de um maior sucesso em todo processo de ensino e aprendizagem. Percebe-se, dessa forma, que atividades pedagógicas que refletem a perspectiva do letramento assumem papel fundamental para a aprendizagem e no processo de formação de conceitos construídos ao longo do processo de aquisição de escrita do aluno com deficiência.

Para a concretização de uma educação inclusiva, os professores deparam-se com múltiplos desafios, sendo necessárias novas estratégias de intervenção e atividades pedagógicas envolventes e diferenciadas. Reconhece-se a importância da Literatura e da consolidação dos hábitos de leitura para a formação integral do aluno, enquanto meio de conhecimento sobre o mundo e fator de novas possibilidades de crescimento. Destaca-se o papel da Literatura junto de alunos que necessitam de medidas de suporte à aprendizagem, a fim de se promover o acesso e a participação em contextos inclusivos.

Dessa forma, o trabalho pedagógico com a literatura possibilita entender a criança como indivíduo pertencente a um grupo social. Com isso, viver, por meio da leitura dos livros, experiências sociais e culturais presentes no cotidiano das pessoas, como o fato da inclusão educacional. Conforme Lima ET AL:

A literatura infantil vem se destacando como uma forma eficaz de debater a inclusão, pois durante o processo imaginativo, a criança tem a oportunidade de criar de forma prazerosa e de experimentar sensações e sentimentos que revelam sua visão sobre o mundo, sobre as pessoas e sobre suas atitudes. Pensando assim, utilizamos a literatura infantil como ponte para compreensão sobre a temática inclusão e elaboramos uma sequência didática que proporcionou uma reflexão sobre o preconceito existente dentro das escolas, possibilitando assim, uma mudança de pensamento e, sobretudo, de atitude para com as crianças com deficiência. (LIMA, ET. AL. 2016, p. 03),

Ampliar a capacidade imaginativa por meio dos livros é fundamental para que os alunos possam mergulhar em outros espaços psíquicos e corporais. Dessa maneira, o profissional da educação especial, com suas mediações, precisa estar consciente de sua capacidade de interferir no processo de aprendizagem, pois é ele que irá transpor as crianças, a partir das histórias contadas ou narradas, para caminhos ou modos que as tornem alunos leitores em constante processo de formação, além de encorajá-las ou influenciá-las nos seus gostos ou hábitos de leitura literária.

Dessa forma, podemos dizer que, quando implementada de forma adequada em uma instituição de ensino engajada na inclusão, a SRM é uma importante ferramenta que tem como intuito desenvolver a aprendizagem dos seus usuários de forma personalizada. Além disso, quando há tanto estrutura, quanto profissionais que compreendem a Educação como uma estratégia de cidadania, estes professores proporcionam atividades para a inclusão dos alunos com deficiência na sala de aula regular, uma vez que é nesse espaço especializado que os alunos recebem instrumentos para acompanhar e compreender melhor o que é definido precisamente no

currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das últimas décadas, temos a temática da educação inclusiva inscrita em diferentes contextos e circunstâncias e a instituição escolar tem sido convocada a dar algum tipo de resposta. O atual momento histórico exige uma participação efetiva da escola e, para tanto, é preciso redimensionar o modo de pensar e fazer educação, tarefa complexa por natureza.

As mudanças na forma de perceber a deficiência e as possibilidades de superação das barreiras impostas, antes pensadas que pela deficiência, hoje vistas como impostas socialmente, demonstram uma importância maior com a inclusão com o passar dos anos, saindo de uma visão apenas de saúde ou assistencialista, para uma visão de possibilidades sociais e educacionais para que pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos previstos desde a atual Constituição.

É necessário que as pessoas envolvidas nesse processo de inclusão escolar, aceitem os desafios e acreditem que é possível, e entender que a inclusão não é apenas o acesso à educação, e nem tampouco que é responsabilidade apenas do professor da sala de recursos multifuncionais, mais sim de todos nós, de toda uma estrutura social.

Isso é inclusão, é fazer parte da sociedade, conviver com o outro, ter a oportunidade de estar em um espaço comum a todos e não ser excluído, não ser olhado de forma diferente. O sujeito só está incluído quando ele sente-se bem naquele ambiente, quando ele participa das atividades com as pessoas ditas "normais", quando ocorre a interação de todos independente das limitações que apresentem. É respeitar e aceitar o sujeito e vê-lo como um cidadão na sociedade que tem direitos como qualquer outro.

Trazer nesse estudo a discussão sobre o Atendimento Educacional Especializado nos espaços das Salas de Recursos Multifuncionais evidenciou-se por considerarmos que é o serviço ofertado na rede pública de ensino mais utilizado e de grande relevância para evolução da inclusão escolar dos alunos público-alvo da educação especial. Buscamos neste estudo, como objetivo geral conhecer como ocorre o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado, realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais no atendimento dos alunos público-alvo da educação especial.

É importante destacar que a inclusão é um caminho possível, que é possível elaborar recursos e avaliações quando necessário. Só esta em nos mesmo desenvolver conhecimento e abraçar a causa, e assim desenvolver maior atenção às demandas vividas na escola e poder pensar nas estratégias de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dão outras providencias. Brasília, 2008.

DANYLUK, Ocsana Sônia. Um estudo sobre o significado da alfabetização matemática. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1988.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde; POULIN, Jean-Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade do Ceará, 2010. V. 2.

LIMA, Ivana Gonçalves de. ET al. A literatura infantil como recurso facilitador no processo de inclusão escolar. In: II Congresso Internacional de Educação Inclusiva. Campina Grande-PB. Anais do II CINTEDI, 2016.

MORTARI, C. A. Introdução à lógica. 1. Ed. São Paulo, SP: UNESP, 2009.

ROPOLI, Edilene Aparecida. ET al. A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação,

Secretaria de Educação. Universidade Federal do Ceará, 2010. V.1

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento, cinco ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: contexto, 2008.

UNESCO. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e

Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca/Espanha, 1994. Disponível em: http://portalmec.gov.br/seesp Acesso em: 16 de março de 2023.